


A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional

The Information Science in Brazil: research mapping and institutional outlook

Carlos Alberto Ávila Araújo: Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.


casal@eci.ufmg.br

 0000-0003-0993-1912

Marta Lúcia Pomim Valentim:

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.

valentim@valentim.pro.br

 0000-0003-4248-5934

Como citar: Araújo, C. A. Á.; & Valentim, M. L. P. (2019). A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. *Bibliotecas. Anales de Investigación*; 15(2), 232-259.

Recebido: 9 de fevereiro de 2019

Revisado: 2 de março de 2019

Aprovado: 18 de março de 2019

Carlos Alberto Ávila Araújo
Marta Lúcia Pomim Valentim

RESUMO

Objetivo: Apresentar a pesquisa brasileira em Ciência da Informação em seu cenário institucional e também a partir do mapeamento das temáticas e teorias atualmente desenvolvidas na área por seus pesquisadores.

Desenho/Metodologia/Foco: Para o desenho institucional focou-se na atuação de duas associações científicas brasileiras, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Para o mapeamento da pesquisa produzida, selecionou-se os temas pesquisados por docentes e discentes no âmbito da pós-graduação brasileira, mais especificamente a partir dos grupos de trabalho do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, evento realizado anualmente que congrega pesquisadores de todo o país. O estado da arte é evidenciado em uma linha de tempo, por meio das temáticas recorrentemente apresentadas no evento supracitado.

Resultados/Discussão: É possível observar de que maneira o campo científico vem sendo consolidado, cujas discussões relacionadas à realidade do país enfocam problemáticas que motivam os pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas, que possam de alguma maneira contribuir para o avanço do campo científico, bem como possam responder satisfatoriamente as demandas advindas da sociedade brasileira.

Originalidade/Valor: O mapeamento aqui apresentado é inédito e representa a consolidação de duas abordagens, a institucional e a de trabalhos científicos produzidos pela comunidade. Destaca-se a singularidade da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, resultado tanto de um diálogo e apropriação de elementos da pesquisa estadunidense, europeia e latino-americana quanto também de um protagonismo de autonomia em direção a um desenho original no cenário internacional.

Palavras-Chave: Ciência da Informação; Associações Científicas; Estado da Arte; Brasil.

ABSTRACT

Objective: Present the Brazilian research in Information Science in this institutional outlook and from the mapping of themes and theories produced by the researchers.

Design/Methodology/Approach: For the institutional outlook, we present the performance of two scientific associations: Brazilian Association of Education in Information Science and National Association of Research and Graduation in Information Science. Presents the researched themes by professors and students in the Brazilian graduation scope, more specifically from the National Meeting of Research in Information Science, an

annual event that brings together researchers from all over the country and from abroad. The state of art is evidenced in a timeline, through the themes recurrently presented in the aforementioned event.

Results/Discussion: *It's possible to observe in what way the scientific field has been consolidated, whose discussions related to the country reality focus on problems that motivate the researchers in the research development, that can somehow contribute to the advancement of the scientific field, as well as respond satisfactorily to the demands arising from Brazilian society.*

Originality/Value: *The mapping presented is unprecedented and represents the consolidation of two viewpoints, the institutional and the scientific works produced by the scientific community. At last, we focus in the singularity of the Brazilian Information Science research, the result of the dialogue and appropriation of the USA, Europe and Latin America research elements, as well as a protagonism of autonomy towards an original perspective in the international scene.*

Keywords: *Information Science; Scientific Associations; State of Art; Brazil.*

1. Introdução

A Ciência da Informação surgiu no Brasil na década de 1970, com a criação de um instituto, um programa de pós-graduação e um periódico científico. Desde então, foram sendo criados outros programas de pós-graduação (a maior parte deles, programas em Biblioteconomia que mudaram de nome) e outros periódicos científicos (alguns dos quais, igualmente, eram de Biblioteconomia e mudaram de nome, reiniciando sua numeração). Embora tenha se consolidado como área de pesquisa no âmbito da pós-graduação, ela se tornou assunto e estabeleceu relações com áreas de graduação como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Sua estruturação no país se deu essencialmente por meio da atuação de duas instituições relacionadas com a formação de pessoal no âmbito da Ciência da Informação, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), cujo escopo abrange a formação e a pesquisa em nível de graduação e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), cuja abrangência contempla a formação e a pesquisa em nível de pós-graduação.

Além disso, a área foi desenvolvendo ao longo dos anos toda uma agenda própria de pesquisas. Essa agenda tem, evidentemente, relação com a pesquisa que se faz no cenário internacional (sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, embora um pouco também com outras regiões do planeta). Pesquisadores brasileiros utilizam-se de teorias, conceitos e métodos de pesquisa criados e usados nestes países, os aplicando, os misturando, mas também os reelaborando em face dos problemas de pesquisa nacionais. Ao mesmo tempo, o Brasil tem sido fértil na criação de modelos, teorias e conceitos próprios, alguns dos quais também apresentados e discutidos internacionalmente.

O objetivo deste artigo é mapear esses dois processos, isto é, a atuação institucional em Ciência da Informação no país, por um lado, e a evolução das temáticas de pesquisa, por outro. Para isso,

como metodologia de trabalho, foi utilizada a análise documental para a exposição da atuação da ABECIN e da ANCIB. Para a análise da produção científica brasileira, o método usado foi a exposição dos estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros organizados a partir das temáticas dos grupos de trabalho (GTs) que estruturam a ANCIB, a partir dos quais se buscou apresentar um panorama da evolução da área.

2. Atuação institucional: ABECIN e ANCIB

No Brasil duas instituições são relacionadas a formação de pessoal no âmbito da Ciência da Informação, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), cujo escopo abrange a formação e a pesquisa em nível de graduação e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), cuja abrangência contempla a formação e a pesquisa em nível de pós-graduação.

A ABECIN tem por finalidade propiciar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante no campo da Ciência da Informação.¹ Nessa perspectiva, se constitui em um espaço político para a construção e experimentação de saberes inerentes a área. Abrange um corpo profissional amplo relacionado à informação. Além disso, também, fomenta a pesquisa voltada ao ensino, às diretrizes curriculares, à interação professor-aluno, às práticas profissionais e à formação nesse âmbito.

A ANCIB tem por finalidade acompanhar e estimular as atividades de formação no contexto da pós-graduação, promovendo a pesquisa em Ciência da Informação no País.² Se constitui em uma importante instância de representação científica e política das questões inerentes à área de informação.

2.1. ABECIN

A ABECIN historicamente surge como Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), fundada em 1967, mas por problemas legais relativos a documentação foi desativada em 2001 e, a partir desta data, passou a denominar-se Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação. Souza (2006) explica que houve a partir da Década de 1930, um movimento dinâmico de articulação política e de visibilização social que, em certa medida, influíram no surgimento de lideranças na área.

A ABECIN, a partir de 2001, tem contribuído para o aperfeiçoamento da formação no âmbito da graduação, discutindo questões essenciais para o avanço da área, cujos debates foram sistematizados em documentos de livre acesso disponíveis em seu *website*. Entre eles pode-se destacar: estabelecimento de diretrizes para a elaboração de projetos pedagógicos de cursos de graduação; orientações voltadas a avaliação de cursos de graduação; estabelecimento de diretrizes para a construção de indicadores de qualidade de cursos de graduação; orientações referentes a avaliação do processo formativo na área; orientações para a construção das práticas pedagógicas voltadas ao processo de ensino-aprendizagem; reflexões sobre o uso de

1. Fonte: ABECIN. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/sobre/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

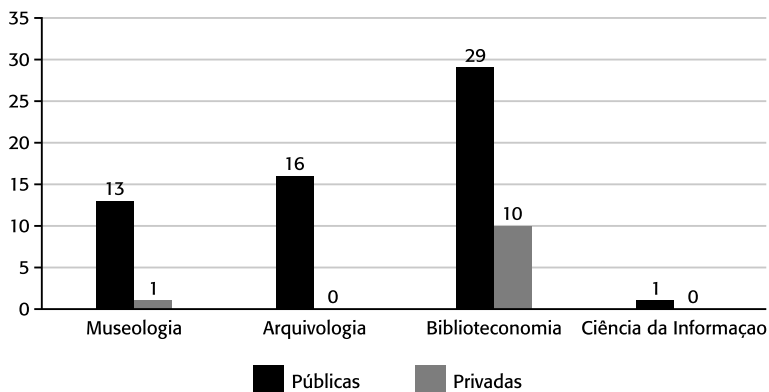
2. Fonte: ANCIB. Disponível em: <<https://www.ancib.org.br/front-page/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramenta pedagógica do processo de ensino-aprendizagem; diretrizes voltadas a leitura como prática pedagógica para a formação do profissional da informação.

Vale mencionar que a ABECIN possui uma linha editorial composta de um periódico científico denominado Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação e de livros acadêmicos-científicos voltados aos alunos de graduação e profissionais que atuam no mercado de trabalho, visando trazer as perspectivas e as tendências do campo. Além disso, estabeleceu o Prêmio ABECIN de melhor Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação, propiciando visibilidade às pesquisas desenvolvidas por alunos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia, uma vez que publica em formato de livro os TCC premiados.

Atualmente no País são 70 (setenta) instituições de ensino superior que ofertam cursos nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia, sendo 59 (cinquenta e nove) públicas e 11 (onze) privadas. Vale mencionar que a maioria dos cursos são presenciais, apenas 2 (dois) cursos na modalidade a distância estão cadastrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).³ Os cursos presenciais estão distribuídos em praticamente todas os estados brasileiros, a maioria deles nas capitais, com apenas alguns cursos no interior. A Região Sudeste é a que congrega o maior número dos cursos da área.

Figura 1. Cursos de graduação ofertados na área no País.



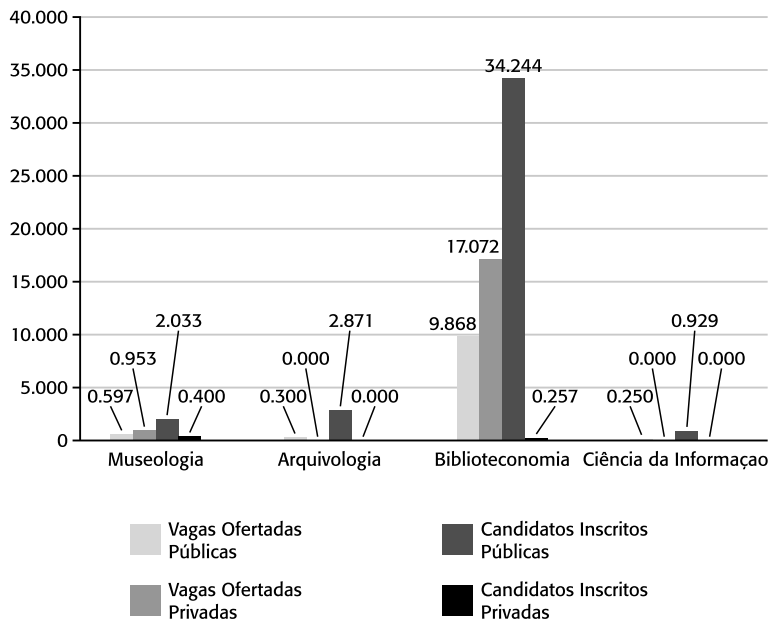
Fonte: MEC/INEP/DEED – 2018.

São ofertadas 6.524 novas vagas por ano para um total de 62.488 candidatos inscritos,³ demonstrando que há uma demanda significativa para os cursos formativos da área em nível de graduação.

Além disso, a ABECIN fomenta a pesquisa, por meio da realização de eventos acadêmicos-científicos que visam o fortalecimento dos cursos de graduação. Entre os eventos pode-se destacar: o Seminário Nacional de Educação em Ciência da Informação (ENECIN) que visa debater sobre assuntos emergentes relacionados a pedagogia e didática do ensino na área; o Seminário Nacional de Avaliação Curricular (SNAC) que objetiva discutir aspectos da avaliação dos cursos de graduação; o Encontro Regional de Educação em Ciência da

3. Fonte: MEC/INEP/DEED – 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Figura 2. Vagas ofertadas e inscritos nos cursos de graduação da área no País.

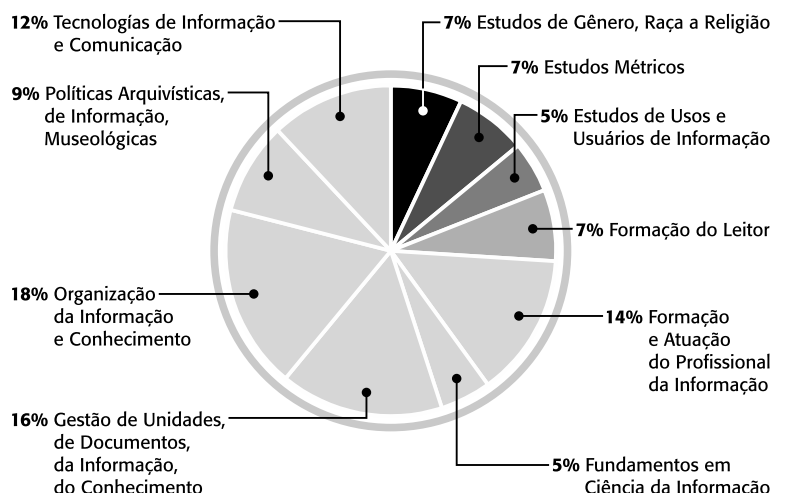


Fonte: MEC/INEP/DEED – 2018.

Informação (ERECIN) que enfoca particularidades de cada região do País; as Oficinas Regionais e os Seminários Pedagógicos que geram documentos norteadores para a prática docente da área.

Em relação ao Prêmio TCC, a ABECIN premiou de 2012 a 2018, 43 (quarenta e três) trabalhos de conclusão de curso de graduação, elaborados e defendidos nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia. A Figura 3 apresenta os temas mais recorrentes desenvolvidos pelos estudantes neste período.

Figura 3. Temas dos trabalhos de conclusão de curso premiados pela ABECIN 2012-2018.



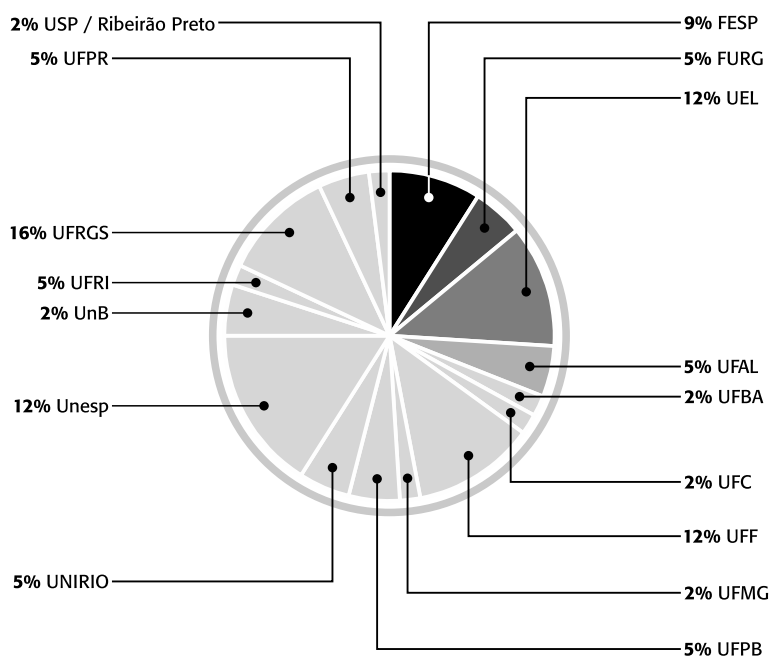
Fonte: Elaboração própria - 2019.

Observa-se que a temática 'Organização da Informação e Conhecimento' (18%) é a mais recorrente entre os trabalhos premiados no âmbito da ABECIN, seguida da temática 'Gestão de Unidades, de Documentos, da Informação, do Conhecimento' (16%). O tema 'Formação e Atuação do Profissional da Informação' (14%) evidencia, de certa maneira, que os estudantes se interessam por aprofundar os estudos sobre problemáticas que envolvem a formação e a atuação profissional no País. Observa-se, também, que os estudos voltados para as questões tecnológicas (12%) são representativos no âmbito do Prêmio ABECIN, visto que as transformações que vem ocorrendo influem significativamente nos fazeres da área, suscitando estudos que gerem novos métodos e conhecimentos.

Os trabalhos premiados são publicados no *site* da ABECIN, compondo a *Coleção Prêmio de TCC ABECIN*, cujo acesso é gratuito para leitura e *download*. Vale esclarecer que apenas as escolas adimplentes com o pagamento da anuidade da ABECIN podem enviar os trabalhos de conclusão de curso para participarem do Prêmio ABECIN. Na prática isso significa que, muitas vezes, as instituições não possuem recursos para pagarem a anuidade da ABECIN e, assim, não podem participar do processo de avaliação e premiação.

Outra questão importante que deve ser mencionada, se refere ao fato de que algumas instituições possuem mais de um curso de graduação, como exemplo pode-se citar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que possui os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia e, portanto, concorrem em três distintas categorias. No período de 2012 a 2018 algumas instituições se destacaram quanto a qualidade dos trabalhos de conclusão de curso enviados ao Prêmio ABECIN (Figura 4).

Figura 4. Escolas premiadas no âmbito do Prêmio de TCC ABECIN 2012-2018.⁴



Fonte: Elaboração própria - 2019.

4. Nome por extenso das instituições apresentadas por siglas no Gráfico 4:

- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP)
- Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
- Universidade Estadual de Londrina (UEL)
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
- Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Universidade Federal do Ceará (UFC)
- Universidade Federal Fluminense (UFF)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Universidade de Brasília (UnB)
- Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
- Universidade de São Paulo/Campus de Ribeirão Preto (USP/Ribeirão Preto)

A instituição que mais recebeu premiações referentes aos trabalhos de conclusão de curso avaliados no processo do Prêmio ABECIN foi a UFRGS (16%); seguida da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) cada uma com 12% do total; e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) com 9% do total.

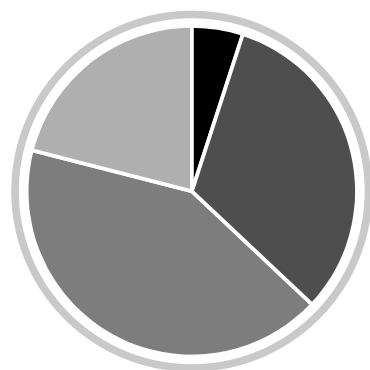
A ABECIN também tem apoiado a produção de livros que possam contribuir com o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à formação na área e a melhoria da atuação profissional. Para tanto, instituiu uma linha editorial denominada Coleção Estudos ABECIN que, atualmente, conta com 7 (sete) livros publicados, todos de acesso livre para leitura e *download* (Figura 5).

Figura 5. Fomento a produção e publicação de livros da ABECIN.



Fonte: Site ABECIN - 2019.

Figura 6. Conceito obtidos pelos programas/cursos de pós-graduação acadêmicos na última Avaliação Quadrienal realizada pela CAPES.



5% Conceito 6 21% Conceito 4
32% Conceito 5 42% Conceito 3

Fonte: Plataforma Sucupira (Veja a nota 4) – 2018.

5. Fonte: CAPES. Plataforma Sucupira – 2018. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.jsf;jsessionid=Gp1j14i5HnwQsrG3jED9zr8c.sucupira-208>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

A Coleção Estudos ABECIN objetiva propiciar aos estudantes de graduação e aos profissionais que atuam no mercado de trabalho conteúdos que possam subsidiar suas atividades acadêmico-científicas e profissionais respectivamente, bem como gerar uma bibliografia voltada a realidade do País. A ABECIN tem se manifestado contra as políticas governamentais que, de alguma maneira, prejudiquem as instituições da área ou a atuação profissional, além disso, tem defendido a importância da educação para o pleno exercício da cidadania, alertando para as consequências maléficas da desinformação ou das *fake news* à democracia do País.

2.2. ANCIB

A ANCIB atua voltada ao aperfeiçoamento dos programas de pós-graduação (mestrados e doutorados), em nível *stricto sensu* vinculados à área de ‘Comunicação e Informação’, mais especificamente os inter-relacionados ao campo da ‘Informação’ credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo 19 (dezenove) acadêmicos e 9 (nove) profissionais, totalizando 28 (vinte e oito) programas⁵ (Tabela 1 e Figura 6).

A ANCIB tem atuado de modo significativo no contexto da pós-graduação, reunindo os coordenadores de programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* em fóruns de debates, objetivando a melhoria da avaliação realizada pela CAPES (Figura 6). Nessa perspectiva, realiza anualmente dois encontros, cujo enfoque é o documento de área que, por sua vez, estabelece as diretrizes para a avaliação realizada quadrienalmente. Além disso, nesses encontros os coordenadores de pós-graduação tem a oportunidade de compartilhar experiências e debater aspectos inerentes a formação de pessoal nesse âmbito.

Tabela 1. Programas/cursos de pós-graduação acadêmicos da área no País.

Nome do Programa/Curso (Acadêmicos)	Instituição ⁶	Tipo	Conceito	Cursos**
Ciência da Informação	Unesp	Acadêmico	6	D/M
Informação e Comunicação em Saúde*	ICICT	Acadêmico	5	D/M
Ciências da Informação	UFMG	Acadêmico	5	D/M
Gestão & Organização do Conhecimento	UFMG	Acadêmico	5	D/M
Comunicação e Informação	UFRGS	Acadêmico	5	D/M
Ciência da Informação	UFSC	Acadêmico	5	D/M
Ciências da Informação	UnB	Acadêmico	5	D/M
Ciência da Informação	IBICT/UFRJ	Acadêmico	4	D/M
Ciência da Informação	UEL	Acadêmico	4	M
Ciência da Informação	UFBA	Acadêmico	4	D/M
Ciência da Informação	UFF	Acadêmico	4	D/M
Ciência da Informação	UFPB	Acadêmico	4	D/M
Ciência da Informação	UFPE	Acadêmico	4	D/M
Museologia e Patrimônio	UNIRIO	Acadêmico	4	D/M
Ciência da Informação	USP	Acadêmico	4	D/M
Museologia	UFBA	Acadêmico	3	M
Ciência da Informação	UFC	Acadêmico	3	M
Ciência da Informação	UFSCar	Acadêmico	3	M
Museologia	USP	Acadêmico	3	M

Fonte: Plataforma Sucupira (Veja a nota 4) – 2018. Legenda:* Este Programa de Pós-Graduação não está cadastrado na área 'Comunicação e Informação' da CAPES, mas sim na área 'Interdisciplinaridade'. ** D – Doutorado; M – Mestrado.

Em relação a denominação dos programas/cursos de pós-graduação acadêmicos e profissionais da área, verifica-se que há a predominância por 'Ciência da Informação' (Figura 7), mas percebe-se que as denominações tendem a ser mais específicas, com aderência à área de concentração e às linhas de pesquisa dos programas/cursos.

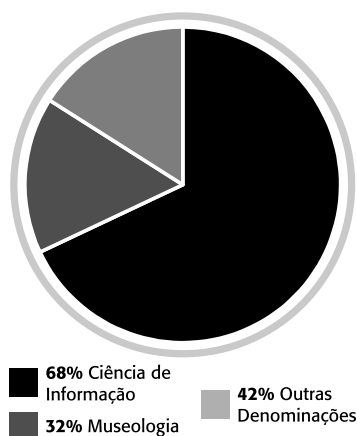
No País surgiu uma nova modalidade de curso de pós-graduação *stricto sensu* denominado 'profissional', cujo objetivo "Responde a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo mestrado acadêmico e não se contrapõe, sob nenhum ponto de vista, à oferta e expansão desta modalidade de curso, nem se constitui em uma alternativa para a formação de mestres segundo padrões de exigência mais simples ou mais rigorosos do que aqueles tradicionalmente adotados pela pós-graduação" (Capes, 2015). Este tipo de formação visa:

- Estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público;
- Identificar potencialidades para atuação local, regional, nacional e internacional por órgãos públicos e privados, empresas, cooperativas e organizações não-governamentais, individual ou coletivamente organizadas;

6. Nome por extenso das instituições apresentadas por siglas no Quadro 1:

- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)
- Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)
- Universidade de Brasília (UnB)
- Universidade de São Paulo (USP)
- Universidade Estadual de Londrina (UEL)
- Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (Unesp)
- Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
- Universidade Federal do Ceará (UFC)
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Universidade Federal Fluminense (UFF)

Figura 7. Denominação dos programas/cursos de pós-graduação acadêmicos da área no País.



Fonte: Plataforma Sucupira (Veja a nota 4) – 2018.

- Atender, particularmente nas áreas mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo, a demanda de profissionais altamente qualificados;
- Explorar áreas de demanda latente por formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação *stricto sensu* com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do país;
- Capacitar e treinar pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços em consonância com a política industrial brasileira;
- Conhecer a natureza e especificidade do conhecimento científico e tecnológico a ser produzido e reproduzido;
- Explorar a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo (Capes, 2015).

Tabela 2. Programas/cursos de pós-graduação profissionais da área no País.

Nome do Programa/Curso (Profissionais)	Instituição ⁷	Tipo	Conceito	Cursos*
Gestão da Informação	USP	Profissional	4	M
Artes, Patrimônio e Museologia	FUFPI	Profissional	3	M
Biblioteconomia	UNIRIO	Profissional	3	M
Biblioteconomia	UFCA	Profissional	3	M
Gestão da Informação	UDESC	Profissional	3	M
Gestão da Informação e do Conhecimento	UFRN	Profissional	3	M
Gestão de Documentos e Arquivos	UNIRIO	Profissional	3	M
Memória e Acervos	FCRB	Profissional	3	M
Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	MAST	Profissional	3	M

Fonte: Plataforma Sucupira (Veja a nota 4) – 2018. Legenda: * M – Mestrado.

7. Nome por extenso das instituições apresentadas por siglas no Quadro 2:

- Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
- Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)
- Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)
- Universidade de São Paulo (USP)
- Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
- Universidade Federal do Cariri (UFCA)
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Em relação ao fomento à pesquisa, a ANCIB tem atuado fortemente por meio dos seus Grupos de Trabalho (GT) que, atualmente, totalizam 11 (onze), quais sejam: GT-1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT-2: Organização e Representação do Conhecimento; GT-3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT-4: Gestão da Informação e do Conhecimento; GT-5: Política e Economia da Informação; GT-6: Informação, Educação e Trabalho; GT-7: Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT-8: Informação e Tecnologia; GT-9: Museu, Patrimônio e Informação; GT-10: Informação e Memória; e GT-11: Informação & Saúde. Os GT são responsáveis por congregarem pesquisadores interessados em temáticas relevantes para a área no contexto das especificidades de cada GT. Além disso, os GT são responsáveis por gerenciar o recebimento, a avaliação, a seleção, bem como estabelecer a programação dos trabalhos científicos submetidos ao Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Vale destacar que o ENANCIB é o maior e mais significativo evento de pesquisa da área no País.

Anualmente a ANCIB realiza em conjunto com um dos programas de pós-graduação associados à ANCIB o ENANCIB, atualmente em sua décima nona edição, evento este que se constitui em um fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores interessados em temas especializados relacionados à informação e ao conhecimento e organizados nos GT supracitados.

O primeiro ENANCIB foi realizado em 1994, cujo histórico evidencia os temas de interesse da comunidade científica: 2018 (Londrina, Paraná): 'Sujeito informacional e as perspectivas atuais na Ciência da Informação'; 2017 (Marília, São Paulo): 'Informação, Sociedade e Complexidade'; 2016 (Salvador, Bahia): 'Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT)'; 2015 (João Pessoa, Paraíba): 'Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes'; 2014 (Belo Horizonte, Minas Gerais): 'Além das 'nuvens': expandindo as fronteiras da Ciência da Informação'; 2013 (Florianópolis, Santa Catarina): 'Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano'; 2012 (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro): 'A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano'; 2011 (Brasília, Distrito Federal): 'Políticas de Informação para a Sociedade'; 2010 (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro): 'Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação'; 2009 (João Pessoa, Paraíba): 'A responsabilidade social da Ciência da Informação'; 2008 (São Paulo, São Paulo): 'Diversidade cultural e políticas de informação'; 2007 (Salvador, Bahia): 'Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação'; 2006 (Marília, São Paulo): 'A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação'; 2005 (Florianópolis, Santa Catarina): 'A política científica e os desafios da sociedade da informação'; 2003 (Belo Horizonte, Minas Gerais): 'Informação, conhecimento e transdisciplinaridade'; 2000 (Brasília, Distrito Federal): 'Conhecimento para o Século XXI: a pesquisa na construção da Sociedade da Informação'; 1997 (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro); 1995 (Valinhos, São Paulo); 1994 (Belo Horizonte, Minas Gerais).

A ANCIB possui um periódico científico denominado 'Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação', lançada em 2008, voltado a publicação dos resultados de pesquisas brasileiras e estrangeiras na área, cuja política editorial reflete a diversidade das temáticas contempladas nos GT da ANCIB. Destaca-se, também, que a Associação estabeleceu o Prêmio ANCIB de melhor tese e dissertação defendidas nos programas de pós-graduação, evidenciando seu compromisso em fomentar a qualidade das pesquisas desenvolvidas neste contexto formativo.

3. Produção científica brasileira

Em relação a produção científica brasileira, foi realizado um amplo levantamento em bases de dados, buscando-se por publicações em periódicos, livros e anais de congressos. Além da produção científica em si, buscou-se verificar a existência de abordagens inovadoras, bem como o delineamento de campos, áreas ou perspectivas específicas de estudo compartilhadas por vários pesquisadores. O resultado

encontrado foi estruturado em temáticas, e agrupado a partir dos grupos de trabalho (GTs) que compõem a ANCIB, por acreditar-se que essa estrutura reflete, de algum modo, as tendências, dinâmicas, pertencimentos e identificações dos pesquisadores brasileiros com relação ao campo da Ciência da Informação.

3.1. Estudos Históricos e Epistemológicos

No campo dos estudos epistemológicos brasileiros destacam-se os que buscam as fundamentações científicas do campo (González de Gómez, 2000; Araújo, 2018), bem como uma discussão específica sobre interdisciplinaridade, seus impactos na própria definição de Ciência da Informação e, também, a identificação das áreas com as quais a Ciência da Informação faz interface (Pinheiro, 2005). Há, nesse âmbito, expressiva pesquisa sobre as relações da Ciência da Informação com a Biblioteconomia (Ortega, 2004; González de Gómez, 2011) e com a Arquivologia (Marques & Rodrigues, 2014).

Outra perspectiva que vem se desenvolvendo é a da neodocumentação, movimento intelectual contemporâneo que, como o próprio nome indica, busca revitalizar outro movimento que se deu nas dimensões institucional, profissional, técnica e teórica – o da Documentação, originado com Paul Otlet no início do Século xx. A neodocumentação propõe a substituição do termo ‘informação’, tal como usado na Ciência da Informação, para o termo ‘documento’. Tal ideia é entendida não como um desvio, mas como um reenvio – informação, para tais autores, é compreendida como o efeito ou derivação dos documentos (González de Gómez, 2011; Santos *et al.*, 2018). Os autores denunciam que a Ciência da Informação, ao abandonar o conceito de documento e centrar-se na informação, entendida como o “conteúdo objetivo” dos documentos, acabou por se divorciar das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais a informação é produzida. O ‘documento’ traz as marcas de seu contexto, de quem o produziu, do suporte em que está inscrito, de suas dimensões e tamanho, de seus aspectos estéticos, entre outros. Ao se desconsiderar tudo isso, buscando apenas os ‘dados’ ali contidos, a Ciência da Informação perdeu dimensões importantíssimas dos fenômenos informacionais. A neodocumentação busca, assim, uma certa reconciliação entre o estudo da informação e a vida social. Há, pois, um reencontro com as dimensões contextuais às quais o documento encontra-se vinculado e seu uso. Um documento possui as ‘marcas’ de sua origem, e é a noção de ‘materialidade’ que propicia identificar essa relação.

Junto a esse movimento há a revitalização dos estudos relacionados a bibliografia, buscando tanto recuperar elementos conceituais e teóricos desenvolvidos desde sua origem, há alguns séculos, como usar suas categorias para análise de problemas contemporâneos relacionados ao livro e ao registro impresso (Saldanha, 2015; Ortega, 2016; Araújo, Crippa, & Saldanha, 2016).

Por fim, uma tendência que vem sendo desenvolvida na Ciência da Informação em anos recentes, diz respeito ao argumento de que ela deveria fortalecer seu diálogo com as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Não se trata, como as outras, de uma teoria ou um conjunto de ações e práticas, nem mesmo de um movi-

mento intelectual unificado. Conforme Araújo (2014), é possível perceber uma sintonia entre as perspectivas teóricas mais recentes nas três áreas. O conceito de mediação bibliotecária e a competência em informação na Biblioteconomia; os conceitos de *archivalia* e *archivalization*, a arquivística integrada e a arquivística pós-moderna na Arquivologia; a ideia do museal, a nova museologia e a museologia crítica na Museologia possuem, todas, uma ideia comum: o estudo das maneiras pelas quais uma sociedade lida com o conhecimento que ela própria produz. Arquivos, bibliotecas e museus, seus fazeres e seus profissionais são entendidos como mediações, interferências específicas realizadas no âmbito da dinâmica informacional mais ampla de uma sociedade. Aproximar a Ciência da Informação destes três campos é, assim, tentar compreender como uma cultura é produzida, reproduzida e modificada por meio das interferências destas instituições; é analisar a dinâmica dessas várias interferências, promovidas por atores institucionais ou não, nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação dos registros de conhecimento.

3.2. Organização e Representação da Informação

As pesquisas em representação da informação tiveram nos últimos anos uma grande revitalização, a partir do incremento das tecnologias digitais e as novas possibilidades em termos de descrição, classificação e organização da informação, com os fenômenos de organização colaborativa e com o advento de perspectivas teóricas socioculturais.

Em relação às tecnologias digitais, destaca-se o surgimento de novos padrões de codificação, vocabulários controlados e ontologias. As ontologias desenvolvem-se como novo modelo de representação da informação (Schiessl & Brascher, 2012) apresentando importantes especificidades em relação a modelos anteriores, como os tesauros e as taxonomias (Campos, & Gomes, 2017) e, também, havendo uma imensa variedade de estudos aplicados, por exemplo no ambiente jurídico e médico (Farias & Pinho, 2016; Nascimento & Pinho, 2018).

Desenvolveu-se, assim, o campo das folksonomias, que representam um novo conceito para organização de recursos digitais na *web* (Catarino & Baptista, 2009). Trata-se da indexação livre realizada pelos próprios usuários, visando proporcionar uma melhor recuperação da informação - trabalho este desenvolvido em ambiente aberto e de compartilhamento, portanto de construção colaborativa. O termo folksonomia foi criado em 2005 por Vander Val para designar a etiquetagem dos recursos da *web* em ambiente social feita pelos próprios usuários. Surgiu com a *web* 2.0 e sua proposta de uma arquitetura da participação e, no campo da Ciência da Informação, articulada a uma dinâmica descentralizada das ações de representação da informação.

Uma designação alternativa é a expressão indexação social, que se refere à dinâmica por meio da qual os próprios usuários fazem a descrição de um mesmo recurso, resultando numa descrição intersubjetiva, realizada por meio de contratos semânticos (Guedes, Moura & Dias, 2011). Também aqui, busca-se considerar tal dinâmica para a construção de linguagens de interface para organizar e recuperar

conteúdos em plataformas virtuais interativas, partindo das “ações de uso social da linguagem para representar conteúdos” (Gracioso, 2010, p. 140). Uma série de estudos vêm sendo realizados tanto para se pensar na adoção dessa teoria por parte dos profissionais da informação (Strehl, 2011), seu impacto na própria ideia de representação da informação (Brandt, & Medeiros, 2010; Assis, & Moura, 2013), bem como sua utilização em contextos específicos (Pereira, & Cruz, 2010).

Tal abordagem, partindo de uma postura pragmática, compreende que o ato de classificar (ou etiquetar, classificar, representar etc.) não é apenas um ato técnico ou profissional passível de ser automatizado, por estar sujeito a leis e padrões universais. Com as folksonomias, passa-se a estudar como sujeitos comuns, em suas atividades cotidianas, chegam a consensos. Representação é algo socialmente construído; e é o uso feito pelas pessoas que cria os significados dos documentos.

Outra tendência contemporânea é a construção de sistemas de classificação a partir de uma perspectiva sociocultural, considerando as características de comunidades de interpretantes. Trata-se da análise de domínio. Essa área tem como antecedente a ideia de ‘garantia literária’ trabalhada no âmbito da Biblioteconomia, e se desenvolve a partir de um conceito central: ‘comunidades discursivas’. Este conceito designa coletivos ou grupos sociais que possuem determinadas formas (compartilhadas) de pensar, de se expressar e de conhecer a realidade. Aplicada ao campo da Ciência da Informação, a análise de domínio “permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa” (Guimarães, 2015, p. 15) e, com isso, ver o que é importante em um dado campo, refletindo uma “construção social (um acordo intersubjetivo)” (Guimarães, 2015, p. 16).

A contribuição fundamental da perspectiva da análise de domínio é a compreensão de que não é um sujeito, isolado, que tem necessidades, modos de buscar e usar a informação. ‘Necessidade de informação’ é algo que surge coletivamente. É um grupo de pessoas que desenvolve determinado padrão referente a um tipo de situação ou atividade que, por sua vez, gera necessidade de informação, ou de que tipo se deve necessitar em cada contexto e, assim, sucessivamente. É, enfim, um coletivo (e, no caso desta abordagem, um domínio, isto é, uma determinada área do conhecimento científico com objeto próprio, métodos próprios), que possui uma maneira de lidar com informação. Cabe ao pesquisador que desenvolve a análise de domínio detectar essas maneiras coletivas, que são públicas porque socialmente compartilhadas e vivenciadas pelos membros, isto é, porque os significados que atribuem aos processos são públicos. E ao profissional do campo da informação, cabe desenvolver serviços e sistemas de informação adaptados a esses padrões coletivos.

Desde então, tal abordagem influenciou estudos aplicados de análise de domínio (Pinto, 2006; Moraes, 2016; Albuquerque, 2017). Aliada a esta perspectiva, vêm sendo recuperados pressupostos de abordagens teóricas do campo das ciências da linguagem, sobretudo relacionando informação e semiótica (Moura, 2006; Almeida, Fujita, & Reis, 2013; Almeida, 2016), algumas vezes inclusive com aplicações práticas na criação de instrumentos de descrição (Reis, Fujita, Zafalon, & Santos, 2018). Outra tendência são os estudos sobre aspectos

diversos nos processos de representação e recuperação como, por exemplo, aspectos éticos e as questões de gênero (Pinho, 2009).

3.3. Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

A noção de mediação da informação foi entendida num primeiro momento como uma ação de ‘ponte’, de ‘ligação’, entre o acervo documental (por exemplo, de uma biblioteca) e a comunidade de usuários com suas necessidades, entretanto, em pouco tempo, tal concepção avançou no sentido de indicar uma ação mais incisiva dos profissionais da informação. Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca e dos serviços e sistemas de informação. Nessa mudança, é possível identificar uma influência das ideias de Paulo Freire: a ideia de mediação passou a definir-se como “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (Almeida Júnior, 2009, p. 92). A ideia de mediação passa a ser compreendida não como algo coadjuvante, mas “interferindo em seu próprio objeto”. A mediação aparece como uma interferência intencional, “em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade” do bibliotecário (Almeida Júnior, 2009, p. 93). As diferentes dimensões da mediação da informação, suas implicações profissionais, socioculturais e sociotécnicas vem sendo objeto de estudo da área (Gomes, 2014; Cavalcante, 2014; Almeida, 2014; Cortes, Alves, & Silva, 2015; Silva, & Farias, 2017).

Outra tendência nesse sentido são os estudos em apropriação da informação (Marteletto, 2010; Marteletto, & Couzinet, 2013), que buscam ver protagonismo dos sujeitos em suas ações de receber, interpretar usar informação, numa linha que teve início com a perspectiva da antropologia da informação (Marteletto, 1995). Sobre a temática, Perrotti e Pieruccini (2007) evidenciam a existência de três modelos de compreensão das bibliotecas e outros sistemas de informação: o primeiro, da conservação cultural (centrado na organização, no tratamento técnico dos acervos); o segundo, da difusão cultural (com ações voltadas para o acesso e o uso da informação); e o terceiro, da apropriação cultural (em que os usuários ganham uma relevância maior, e a biblioteca se converte em dispositivo de mediação cultural). Assim, as bibliotecas deixaram de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários ou leitores como sujeitos ativos do processo.

Outro campo se refere aos estudos de usuários que teve, nas últimas décadas, pesquisas que passaram a privilegiar não as questões cognitivas (tipos de lacuna de informação, tipos de informação a preencher esses *gaps*), mas sobretudo as compreensões dessas questões, voltando-se para enfoques mais interpretativos das práticas dos usuários. Buscou-se ampliar o escopo dos estudos para além do indivíduo, tentando-se perceber em que medida os critérios de julgamento de relevância dos usuários são construídos coletivamente.

Tal tendência tem se estruturado em torno do conceito de práticas informacionais, formulado inicialmente pelos finlandeses Savolainen, Talja e Tuominen e que vem sendo utilizada atualmente em várias partes do mundo (Sirihal Duarte, Araújo, & Paula, 2017; Araújo, 2017).

Além disso, tais estudos, na crítica à proposta do comportamento informacional, avançaram na compreensão da informação não como o preenchimento de uma lacuna cognitiva, nem um processo exclusivamente vivido da perspectiva individual. Os processos envolvidos com o uso da informação envolvem imaginação, apropriação, questionamentos, tensionamentos, e tais processos são vividos a partir de categorias construídas socialmente. Os sujeitos agem diante de outros, em ações correferenciadas, e tais ações se dão em ligação com os contextos concretos em que acontecem.

No âmbito dessa subárea, também, existe um campo que se desenvolveu a partir do conceito de *information literacy*. Mais recentemente, tem se desenvolvido uma linha de investigações chamada competência crítica em informação: ela recupera alguns elementos da competência em informação, mas busca superar suas limitações (um modelo muito prescritivo de comportamento, uma lógica instrumental) por meio da incorporação de ideias do pensamento crítico, sobretudo de Paulo Freire. Tem-se assim uma perspectiva de inserir o sujeito nos contextos históricos, políticos e sociais nos quais se dão suas relações e suas habilidades para lidar com informação (Belluzzo & Simeão, 2018; Bezerra, Schneider, & Brisola, 2017; Carneiro, Nunes, Cavalcante & Farias, 2018; Brisola, & Romeiro, 2018).

3.4. Gestão da Informação e do Conhecimento

A partir da segunda metade da década de 1990, a evolução dos estudos em gestão da informação conduziu à percepção de que os processos de gestão não poderiam se dar de maneira atomizada, atuando sobre cada indivíduo da organização, isoladamente. Isso porque percebeu-se que também o conhecimento não é algo individual, isolado: os conhecimentos tácitos das pessoas que compõem as organizações são construídos coletivamente, aplicados no contexto de intervenções concretas dos sujeitos interagindo uns com os outros. O que deve ser gerido não se refere apenas aos recursos informacionais ou ao conhecimento tácito presente na ‘mente’ das pessoas que compõem a organização: é a própria cultura organizacional, o coletivo de interações por meio do qual conhecimentos tácitos nascem e são compartilhados, conhecimentos explícitos são avaliados, utilizados, descartados, complementados.

Desenvolveu-se assim uma das teorias contemporâneas, a cultura organizacional no contexto da Ciência da Informação: o estudo do desenvolvimento dos fenômenos informacionais (necessidade, busca, compartilhamento, uso e reuso) nos níveis individual e coletivo das organizações, buscando a articulação entre ambos por meio da identificação e análise da cultura, que os permeiam (Woida & Valentim, 2008; Melo, Presser, & Santos, 2013). Passou-se a estudar o aprendizado contínuo, do ambiente e do clima organizacionais enquanto proporcionadores de modos comuns de pensar e agir ou, em outros termos, padrões de valores “instituídos quanto ao tipo de

comportamento, à ação e à necessidade de buscar a informação” (Alves, & Duarte, 2014, p. 8). Outras investigações aproximam a ideia de cultura organizacional e informação com inovação (Silva, & Valentim, 2018), governança (Lopes, Valentim, & Fadel, 2014; Gomes, Marques, & Kerr Pinheiro, 2016) e aprendizagem (Duarte *et al.*, 2008).

O conceito de cultura informacional manteve o mesmo significado: um conjunto de princípios, valores, crenças e ritos relacionados com a “construção, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento no âmbito corporativo” (Woida, & Valentim, 2006, p. 40). Vários estudos foram realizados enfocando esta temática no âmbito da Ciência da Informação (Silva & Duarte, 2010; Woida, Oliveira, & Valentim, 2010; Moraes, & Barbosa, 2014). Destacam-se ainda estudos sobre a informação e o conhecimento voltados ao processo decisório (Paula, 2013) e compartilhamento de informação (Alcará *et al.*, 2009; Valentim, Garcia, Jorge, & Silva, 2011; Tomaél, 2012; Souza, Silva & Duarte, 2016).

A contribuição mais importante da abordagem da cultura organizacional, em relação ao conceito de informação, se refere a ideia de que no ambiente organizacional de diferentes segmentos, o que existe não são apenas indivíduos isoladamente tomados, totalmente singulares e idiossincráticos em sua relação com os recursos informacionais, mas sim indivíduos que agem de maneira reciprocamente referenciada, que desenvolvem em comum e nas atividades cotidianas, uma maneira própria de se inter-relacionar com a informação e o conhecimento compartilhado. Essa maneira própria se constitui em algo do grupo, constitui-se numa ‘cultura’ do grupo. Tal contribuição, em grande medida, aproxima-se daquela da análise de domínio, embora aquela esteja voltada para um domínio, isto é, uma disciplina científica, e esta para os ambientes organizacionais.

3.5. Política e Economia da Informação

Os estudos voltados a política e economia da informação receberam, nos últimos anos, o impacto de diferentes teorizações sobre o momento contemporâneo, caracterizado como uma sociedade em rede, cibercultura, economia de aprendizagem, capitalismo cognitivo ou, ainda, multidão. Tais impactos podem ser verificados nas obras de autores que buscaram estabelecer relações entre tais diagnósticos e o campo informacional, tais como Freitas (2009), analisando a temática sobre Sociedade da Informação, que se tornou constante nas décadas de 1960 e 1970 e constituiu, em certa medida, a fundamentação para o surgimento e o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação. Os autores que promoviam a noção nesse período buscaram com seu uso, destacar um novo momento na história da humanidade em que a informação (ou o conhecimento, a inovação, as ideias) desempenhariam um papel fundamental como modo de produção, tornando-se mais importante ou central do que a indústria e a agricultura. Tal ideia legitimou a construção da Ciência da Informação, uma ciência voltada ao estudo dessa nova era e desse recurso tão importante, bem como a elaboração de distintos projetos de ‘entrada’ na Sociedade da Informação em distintos países, inclusive no Brasil (Lastres *et al.*, 2002; Marques, & Raslan, 2014).

Alguns pesquisadores, contudo, questionaram o caráter de ‘novidade’ desse fenômeno, bem como do discurso promocional envolvido em torno do conceito. Tais autores desenvolveram uma verdadeira arqueologia da ideia de Sociedade da Informação. Tal abordagem tentou desmistificar o caráter deslumbrado do discurso da Sociedade da Informação, de inevitabilidade e universalidade, por meio do estudo da complexidade de fenômenos e desdobramentos em diferentes contextos conforme a geopolítica internacional (Freitas, 2012; Marques, & Kerr Pinheiro, 2014).

Ainda no campo da economia e política da informação, pesquisadores envolveram-se com as discussões dos programas oficiais de inclusão na ‘Sociedade da Informação’. Tais programas, formulados com especialistas de diversas áreas (inclusive da Ciência da Informação) buscaram ir além das categorizações mecânicas de ‘possuidores’ e ‘despossuídos’ de informação para entender as várias facetas envolvidas nos processos de produção e circulação da informação (Gatti, 2005). De modo paralelo a essa questão, desenvolveu-se um campo de estudos denominado ética intercultural da informação, cujo foco está na “interseção entre os princípios globais e as particularidades locais” (Silva, 2015, p. 6).

É nessa perspectiva que se desenvolveu a ética intercultural da informação, voltada ao estudo de desafios como, por exemplo, a questão da privacidade, da propriedade intelectual, do acesso livre, do direito à expressão e da identidade digital (Bezerra; Capurro & Schneider, 2017). Em parte, tal abordagem fundamenta-se no conceito de esfera pública de Habermas, em torno da ideia de que existem atores sociais distintos, com interesses manifestos e conduzidos por meio de argumentações racionais, que se encontram e negociam numa arena pública em disputa (Iulianelli, 2016).

O impacto de tal abordagem no campo da Ciência da Informação aprofunda a ideia de responsabilidade social da Ciência da Informação. Sua especificidade em torno da noção do ‘intercultural’, contudo, avança na ideia de que a ética não é algo ‘universal’, existente independente das épocas, dos lugares, das experiências concretas (Schneider, Saldanha, & Bezerra, 2017). É preciso discuti-la e analisá-la em cada lugar em que os fenômenos informacionais se manifestam, e a prática ética constitui-se, portanto, não apenas no cumprimento de determinados procedimentos profissionais, institucionais ou tecnológicos, mas também no constante tensionamento entre esses procedimentos e as expectativas, mentalidades e valores dos diferentes povos e saberes.

Os problemas relacionados à economia política da informação têm sido estudados, ainda, atualmente, a partir do conceito de regimes de informação. Tal proposta baseia-se na noção de ‘modo de produção’ de Marx, aplicada ao campo da Ciência da Informação. Um regime de informação designa, assim, um modo informacional dominante em uma sociedade, isto é, quem são os sujeitos, as organizações, as regras, as autoridades, os recursos e as hierarquias que conformam um determinado regime, isto é, determinadas condições de existência de discursos e enunciações (González de Gómez, 2012). Os pesquisadores vinculados a essa linha de estudos analisaram principalmente as políticas de informação, não apenas em seus aspectos normativos ou operacionais, mas em sua imersão e interrela-

ção com as várias dimensões da vida humana – a social, a cultural, a econômica, a política, a regulatória, entre outras. Conhecer a informação por meio do conceito de regimes de informação significa que não se deve estudá-la nela mesma, em seus componentes e elementos internos, mas sim, compreendê-la como produto da interação entre os vários fatores que a tornam possível e que condicionam a sua existência. Estudos de questões ligadas à governança eletrônica (Jardim, & Marcondes, 2003) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) e sobre a comissão da verdade também têm sido realizados (Jardim, 2013; Frota, 2014; Rodrigues, 2016).

3.6. Informação, Educação e Trabalho

No Brasil desenvolveu-se uma perspectiva específica de estudos voltados para a compreensão da formação e do campo laboral dos profissionais da informação (Cunha, 2009; Nassif; Santos 2009; Cunha; Souza, 2006). Entre as pesquisas realizadas neste âmbito destacam-se o debate sobre ensino-aprendizagem; perfil do profissional da informação; prática profissional; mercado de trabalho e formação profissional; a didática do ensino superior, envolvendo disciplinas tradicionais, novas disciplinas e usos de laboratórios; estágio curricular; estudos de gênero; ética profissional; análises socioeconômicas de alunos dos cursos que compõem a área; comportamento informacional de alunos dos cursos de graduação e pós-graduação de distintas áreas do conhecimento; competência em informação de docentes e discentes dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia, bem como de áreas afins.

3.7. Produção e Comunicação da Informação em ciência, tecnologia e inovação

Outro campo de atuação dos pesquisadores brasileiros é o da comunicação científica e, nele, uma das iniciativas recentes mais significativas se refere ao movimento em prol do acesso livre ao conhecimento científico e tecnológico (Rodrigues, 2007). Trata-se de um conjunto de manifestos, políticas e ações que se deram em vários países, aproveitando as potencialidades das tecnologias digitais, em prol de duas possibilidades: o auto arquivamento por parte dos cientistas (a denominada via verde) e a criação de revistas de livre acesso (a denominada via dourada). Os objetivos desse movimento são maximizar a visibilidade das pesquisas, internacionalizar a informação científica, proporcionar maior compartilhamento do conhecimento, reduzir a chamada exclusão cognitiva e as desigualdades sociais (Kuramoto, 2007).

Uma teoria recente nessa subárea é a curadoria digital – que, na verdade, é mais um campo de atividade profissional e institucional do que, propriamente, uma proposta teórica. Tem se desenvolvido, portanto, mais como um conjunto de práticas e recomendações do que como campo reflexivo. Contudo, a preocupação em estabelecer alguns princípios norteadores das ações de curadoria digital (mais do que apenas um conjunto de normas e procedimentos a serem seguidos) acabou por provocar também uma importante atividade reflexiva.

Pode-se definir a curadoria digital como a prática e o estudo dos processos de seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais, com a consequente criação de repositórios e/ou plataformas digitais participativas. Sua origem está relacionada à percepção da importância da certificação de confiabilidade, da obsolescência e da evolução dos formatos (com o risco de perda pelo desenvolvimento tecnológico e pela fragilidade das mídias digitais).

Uma aplicação mais específica deste campo tem se dado, na Ciência da Informação, em relação à atividade científica, buscando cobrir todo o espectro de atividades, da captura à validação e arquivamento, descoberta e reuso dos dados (Sayão & Sales, 2012). Dessa maneira, pode ser compreendida como o “gerenciamento do objeto digital e inclui atividades que abrangem todo o ciclo de vida desse objeto” (Siebra *et al.*, 2013, p. 2), tendo sido desenvolvidos, para isto, alguns modelos de ciclo de vida dos dados digitais, como os de Yomaoka e Higgins. Outra definição de curadoria digital é aquela que se articula com todas as “ações de uso e preservação em relação ao meio digital que visam à reutilização de dados digitais autênticos e outros ativos digitais” (Machado & Vianna, 2016, p. 2). Diversas aplicações têm sido realizadas nesse campo, como na construção de repositórios digitais (Sanchez, Vidotti, & Vechiato, 2017) e em questões relativas a cultura e memória (Jorente, Silva, & Pimenta, 2015). A ideia de reuso do conhecimento científico (Curty, 2016), também, está presente nesses estudos.

A contribuição mais relevante da curadoria digital é a sua preocupação com o todo, isto é, com a inter-relação e interdependência entre os vários aspectos, momentos e instâncias relacionados com a informação. Uma determinada ação relativa ao armazenamento impacta a coleta, a organização e as formas de acesso e disseminação e, assim, sucessivamente. Há na curadoria digital, e o próprio termo evidencia isso, uma preocupação especial, um ‘cuidado’ (com a fragilidade dos dados, com a possibilidade de um melhor uso e reuso etc.) que conduz a uma consideração mais sensível à globalidade dos processos e fenômenos.

Outra linha de pesquisa é a dos estudos métricos da informação. Nela, as perspectivas recentes têm buscado inserir os resultados dos estudos quantitativos em quadros explicativos mais amplos, em busca de entendimentos mais globais dos fenômenos estudados, considerando, principalmente, o caráter coletivo de construção da ciência (no caso da ciëntometria) e de demais âmbitos de estudo (Mugnaini, Fujino, & Kobashi, 2017). Estudos de citação continuam a ser desenvolvidos a partir de novas técnicas e novas problemáticas como, por exemplo, as razões para citação (Silveira, Caregnato, & Bufrem, 2014), padrões de cocitação (Grácio, & Oliveira, 2014) e dimensão sociocultural (Silveira, & Caregnato, 2018), bem como estudos sobre colaboração entre cientistas (Bufrem, 2010; Vanz, & Stumpf, 2010).

Uma teoria recente que vem sendo desenvolvida nesse subcampo é a Altmétrie. Os estudos métricos historicamente privilegiaram a produção científica e desenvolveram pesquisas buscando medir índices, principalmente, a partir de citações com objetivo de avaliação – de instituições, de produtividade de autores e para ranqueamento de revistas, entre outros. Como evidencia Gouveia (2013), tais estudos apresentaram ao longo do tempo algumas limitações, como a

lentidão (própria da comunicação científica formal), o fato de haver textos influentes que ficam à margem dos estudos, a impossibilidade de medir o impacto da produção fora do ambiente acadêmico e o uso incorreto de determinados indicadores.

Assim, no contexto da *Web 2.0* e o conseqüente desenvolvimento da chamada Cientometria 2.0, o campo dos estudos métricos buscou aproveitar a oportunidade e aprimorar o estudo das dinâmicas de citação, passando a considerar o contexto e o papel dos diferentes tipos de publicações e, principalmente, as diversas maneiras como pode se expressar o impacto da produção científica – por meio de medição de acessos, comentários, *links* e citações em redes sociais, que compõem “indicadores de interação social” (Gouveia, 2016).

A altmetria pode ser definida como o estudo da comunicação científica na *web* social, por meio da criação e uso de indicadores de visualização, *download*, citações, reutilização, compartilhamento, etiquetagem e comentários. Há, em seu desenvolvimento, uma clara influência da proposta de estudo da ‘ciência em ação’ de Latour aliada a algumas ideias básicas da *web* social como a auto publicação, a colaboração, a existência de dados em larga escala, a arquitetura da participação, a ideia de rede e a lógica de abertura (Araújo, 2015; Maricato, & Vilan Filho, 2018). A importância de seu desenvolvimento é o direcionamento da pesquisa no campo da informação não só para o ambiente formal da Ciência, mas o estudo da Ciência imersa na vida social, na dinamicidade da vida humana. O ‘impacto’, portanto, é algo socialmente construído e se realiza efetivamente em contextos concretos de uso e da experiência humana.

3.8. Informação e Tecnologia

Outro campo que no Brasil passou a se desenvolver com relativa autonomia é o das tecnologias da informação, sobretudo com o desenvolvimento da websemântica (Santarém Segundo, Coneglian, & Lucas, 2016; Jorente, Pádua, & Santarém Segundo, 2017), e o relacionamento da informação com a perspectiva dos dados abertos (Santarém Segundo, 2015) e, também, com as ontologias (Santarém Segundo, & Coneglian, 2016).

Especificamente no campo da recuperação da informação, houve uma revalorização dos estudos focados em revocação e precisão nos últimos anos, a partir do desenvolvimento de hipertexto, indexação automática e mapas conceituais. Aprofundou-se, nesse sentido, a reflexão sobre representação da informação no âmbito das teorias computacionais. A dimensão colaborativa dos processos de representação da informação também passou a ter destaque, na medida em que os motores de busca da Internet e demais sistemas de recuperação da informação consideram, como critério de relevância, os usos coletivos da informação e a Internet das Coisas (Rosza, Dutra, Pinto, & Muriel-Torrado, 2017).

Também aspectos relacionados à interação humano-máquina, relacionada a aspectos como ergonomia, usabilidade e inteligência artificial, têm se constituído ao longo dos anos como temáticas relevantes no campo da representação da informação. Algumas propostas inovadoras, nesse sentido, são a ideia de encontrabilidade da informação (Vechiato, & Vidotti, 2014; Brandt, Vechiato, & Vidotti,

2018) e a arquitetura da informação pervasiva (Bembem, Oliveira, & Santos, 2015; Oliveira, & Vidotti, 2016).

3.9. Museu, Patrimônio e Informação

No Brasil, desenvolveu-se um campo de pesquisas na interface entre a museologia e a ciência da informação, gerando uma tradição de estudos com benefícios para as duas áreas (Lima, 2008; Roncaglio, 2013). Destacam-se nesse campo abordagens voltadas aos estudos sobre patrimônio material e imaterial; patrimônio cultural; políticas públicas voltadas aos museus; museu virtual; educação patrimonial; expografias; ações comunicativas em museus; atribuição de valor econômico aos bens culturais; interação arquivo-museu; práticas informacionais em museus; colecionismo; documentação museológica; novas interfaces museológicas.

3.10. Informação e Memória

O campo da memória passou a ter grande destaque na ciência da informação brasileira nas últimas duas décadas (Oliveira, & Rodrigues, 2011; Silva, Cavalcante, & Nunes, 2018). Esse movimento deu-se, também, com o progressivo abandono de uma perspectiva tecnicista da ideia de memória (relacionada ao processamento e recuperação da informação, a capacidades e potencialidades de computadores e redes) e sua problematização a partir de contribuições dos campos da história e da antropologia, entre outros (Orrico, 2010; Dodebei, 2014; Thiesen, Rodrigues, & Frota, 2017).

De uma perspectiva individualista, relacionada a capacidade humana, o entendimento da memória passou a ser visto dentro de um quadro da sua construção social, do seu papel na constituição da cultura e da própria realidade (Gondar, & Dodebei, 2005; Silveira, & Reis, 2017; Damin *et al.*, 2018). Além disso, a maneira como os distintos indivíduos e grupos participam desse processo conduziu a uma compreensão da memória como um 'campo de batalha', no qual os atores lutam pelo estabelecimento dos critérios, a partir dos quais será decidido o que será coletivamente lembrado e esquecido, valorizado e desprezado. Estudos recentes têm se debruçado sobre as condições de produção (e o direito de participação nesta produção), de circulação (e a importância da pluralidade e da diversidade nesse processo) e de acesso (garantia de que seja o mais democrático possível) da informação na constituição da memória (Farias, & Bizello, 2016; Souza, & Oliveira; Azevedo Netto, 2015).

Nessa perspectiva, observa-se uma crítica à ideia de informação como o preenchimento de uma lacuna dos indivíduos. Informação é entendida como o processo a partir do qual indivíduos valorizam determinados registros e, nesse processo, participam do processo de construção da memória, portanto da cultura e do real. Os serviços, produtos e sistemas de informação são estudados como atores na conformação de determinados quadros de sentido, modos de apreensão, interferências na valorização de determinadas fontes, documentos ou registros. Um campo específico no qual vem se dando a discussão de memória é a vinculação entre informação e regimes ditatoriais (as chamadas memórias da repressão), vinculando infor-

mação a regimes de verdade e práticas autoritárias (Thiesen, & Almeida, 2015; Frota, 2017; Pimenta, 2017).

Deve-se mencionar, ainda, o campo das humanidades digitais. Trata-se de um amplo movimento, realizado em vários países em anos recentes, e que tem produzido impactos diferenciados nas disciplinas científicas. Em linhas gerais, ela tem por objetivo romper com a separação verificada, nas últimas décadas, entre as tecnologias digitais e as humanidades, buscando, justamente, conciliar os métodos das Ciências Humanas e Sociais com as características, potencialidades e procedimentos do mundo digital. Recentemente, tem tido presença no campo da Ciência da Informação (Damian *et al.*, 2015; Pimenta, 2016).

Na Ciência da Informação, o principal diálogo com as humanidades digitais tem se dado no campo das discussões sobre preservação de patrimônios culturais nas sociedades contemporâneas, a promoção do acesso universal de forma democrática e o embasamento crítico para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico (Almeida; Damian, 2015). Consiste, pois, no planejamento, proposição e perspectivas de uso das tecnologias digitais a partir das preocupações típicas das humanidades.

Essa abordagem compreende o ciberespaço como um espaço de mediação de um conjunto de atividades e construção coletiva de repertórios culturais. Ao fazer isso, propicia e potencializa uma compreensão das tecnologias não apenas nelas mesmas, em seus elementos componentes, recursos e operacionalizações, mas como dispositivos sociotécnicos, isto é, elementos articulados aos demais fazeres humanos. Por isso, é fundamental compreender seu impacto e as distintas possibilidades de seu uso.

3.11. Informação e Saúde

Por fim, no Brasil, uma área que vem se desenvolvendo nos últimos anos é da informação relacionada às questões do campo da Saúde, sobretudo no que se refere aos estudos dos dispositivos informacionais nesta área (Marteleto, David, & Bteshe, 2014) e do prontuário eletrônico do paciente (Bentes Pinto, 2006). Vale destacar que os estudos voltados a este campo abordam aspectos informacionais importantes para a sociedade, cujo impacto social é significativo.

4. Considerações Finais

Abordar a pesquisa brasileira em Ciência da Informação é uma tarefa complexa, uma vez que há múltiplas abordagens, e cujas especificidades apresentam corpo próprio e denso, dificultando essa tarefa. Nesse intuito, vale destacar que os Grupos de Trabalho da ANCIB e o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação se constituíram em elementos contribuidores relevantes para evidenciar de que maneira essas abordagens estão sendo estudadas pela comunidade científica da área.

Ressalta-se que a pesquisa brasileira, em sua maioria, é oriunda dos programas de pós-graduação e, portanto, estes têm papel fundamental para o avanço do estado da arte do campo científico. O corpo docente e o corpo discente desempenham com responsabilidade

seus papéis de investigadores, avançando as discussões sobre aspectos contraditórios, que necessitam de aprofundamento teórico, ou que não esgotaram todas as suas potencialidades.

Vale destacar, também, o papel das associações científicas para o avanço da área, cujas ações consolidam políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento do campo científico, bem como congregam e integram sua comunidade científica.

Percebe-se que a pesquisa brasileira em Ciência da Informação tem evoluído ao longo dos anos, mas ainda carece de visibilidade internacional, ação esta que vem sendo desenvolvida pelos programas de pós-graduação, visando justamente a divulgação do pensamento científico em Ciência da Informação no contexto internacional. ■

Referências bibliográficas

- Albuquerque, A. C. (2017). A perspectiva da análise de domínio como aporte à análise de documentos fotográficos: algumas considerações. In: A. C. Albuquerque & A. C. Simionato. (Orgs.). *Recursos audiovisuais: sua contemporaneidade na organização e representação da informação e do conhecimento*. Rio de Janeiro: Interciência, 13-38.
- Alcará, A. et al (2009). Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14, 1, 170-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a12>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Almeida, C. C. (2016). A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 9, 1-27. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000022979/b42ef1c46f45bd2986112783b00911c6>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Almeida, C. C.; Fujita, M. S. L. & Reis, D. M. (2013). Peircean semiotics and subject indexing: contributions of speculative grammar and pure logic. *Knowledge Organization*, 40, 225-241. Disponível em: <http://www.isko.org/kolit.php?cl=714>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Almeida, M. A. (2014). Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. *Informação & Informação*, 19, 2, 191-214. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Almeida, M. A.; Damian, I. P. M. (2015). Humanidades digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais? In: Anais do XVI Enancib. João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2999/1046>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Almeida Jr., O. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2, 1, 89-103.
- Alves, C. A.; Duarte, E.N. (2014). Cultura e informação: uma interface complexa e definidora na vida das organizações. RBBB. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 2-20. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/275>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Araújo, A.; Crippa, G.; Saldanha, G. (2016). Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional 'A Arte da Bibliografia'. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 11, 495-512. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/529>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Araújo, C. A. Á. (2014). *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Araújo, C. A. Á. (2017). O que são 'práticas informacionais'? *Informação em Pauta*, v. 2, p. 217-236. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Araújo, C. A. Á. (2018). *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA.
- Araújo, R. F. (2015). *Estudos métricos da informação na web: atores, ações e dispositivos informacionais*. Maceió: Edufal.
- Assis, J. & Moura, M. A. (2013). Folksonomia: a linguagem das tags. *Encontros Bibli*, 18, 36, 85-106. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/24015/0>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Belluzzo, R. C. B., & Simeão, E. L. M. S. (2018). Relatório final do IV Seminário sobre a Competência em Informação do ENANCIB. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v.13, n.1, 310-321. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/40221/20666>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- Bembem, A.; Oliveira, H.; Santos, P. (2015). O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 20, 4, 181-196. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2520>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Bentes Pinto, V. (2006). Prontuário eletrônico do paciente: documento técnico de informação e comunicação do domínio da saúde. *Encontro Bibli*, 21.
- Bezerra, A. C.; Capurro, R.; Schneider, M. (2017). Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. *Liinc em Revista*, 13, 2, 371-380. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Bezerra, A. C.; Schneider, M.; Brisola, A. (2017). Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 27, n. 1, p. 7-16. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31114>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Brandt, M.; Medeiros, M. (2010). Folksonomia: esquema de representação do

- conhecimento? *Transinformação*, 22, 2, 111-121. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/489/469>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Brandt, M. B.; Vechiato, F. L.; Vidotti, S. A. (2018). Encontrabilidade da informação na Câmara dos Deputados. *Em Questão*, 24, 1, 41-64. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71734>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Brisola, A.; Romeiro, N. (2018). A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. *RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Bufrem, L. (2010). Colaboração científica: revisando vertentes na literatura em Ciência da Informação no Brasil. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 3, 127-151. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2018.
- Campos, M. L. A.; Gomes, H. E. (2017). Ontology as knowledge organization system: role of definitions and relations in a domain conceptual modeling. *Knowledge Organization*, 44, 178-186.
- Capes (2015). Qual é a diferença entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional? Brasília. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7419-mestrado-profissional>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- Carneiro, B.; Nunes, J.; Cavalcante, L.; Farias, M. G. (2018). Aprendizagem móvel, competência em informação e mediação: interlocução sob a ótica do paradigma social da ciência da informação. *Encontros Bibli*, v. 23, n. 52, p. 34-47. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p34/36457>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Catarino, M. E.; Baptista, A. A. (2009). Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da web. *Informação & Informação*, 14, n. esp., 46-67. Disponível em: <http://www.brapi.ufr.br/brapi/v/a/7944>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Cavalcante, L. (2014). A mediação da informação sob a perspectiva do usuário em comunidades locais. In: H. Casarin. (Org.). *Estudo de usuários da informação*. Brasília: Thesaurus, 255-271.
- Cortes, G.; Alves, E. C.; Silva, L. (2015). Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 8, p. 59-77. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Cunha, M. (2009). Quem é o profissional da informação? Algumas reflexões. *Iberisid*, 15, 21.
- Cunha, M.; Souza, F. (2006). *Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da ciência da informação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Curty, R. G. (2016). As diferentes dimensões do reuso de dados científicos. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 9, 1-28.
- Damian, I. et al (2015). Convergências entre as humanidades digitais e a ciência da informação. *Iberisid*, 9, 79. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307878529_Convergencias_entre_as_Humanidades_Digitais_e_a_Ciencia_da_Informacao_o_uso_das_TICs_em_Unidades_de_Informacao. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Damin, M.; Dodebei, V.; Morigi, V.; Massoni, L. (2018). Patrimônio cultural, memória social e informação: a cidade de Porto Alegre na palma da sua mão? *Em Questão*, 24, 2, 388-403. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/77683>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Dodebei, V. (2014). Memória do conhecimento: em busca de sustentabilidade para os objetos digitais. *Ciência da Informação*, 43, 1, 145-153. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1424>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Duarte, E. et al. (2008). Aprendizagem organizacional em unidades de informação: do grupo focal à comunidade de prática. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 3, p. 78-95. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Farias, K. M.; Pinho, F. A. (2016). Ontologias como ferramenta de organização e representação do conhecimento: um olhar sobre os laudos médico-legais. *Informação em Pauta*, 1, 2, 41-65, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/5431>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Farias, M.; Bizello, M. L. (2016). Memoria y representación: reflexiones para la organización del conocimiento. *Scire*, 22, 2, 99-106. Disponível em: <https://www.iberisid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4365>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Freitas, L. S. (2012). Documento e poder: uma arqueologia da escrita. *Morpheus*, 8, 14, 58-73. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4830>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Freitas, L. S. (2009). Sociedade da informação: roteiro de uma abordagem crítica. In: A. M. Monteiro; A. M. Gasparello; & M. Magalhães (Org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Maud X; FAPERJ, 263-270.
- Frota, M. G. (2014). Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação: informação, memória e justiça no contexto democrático pós 1988. In: M. A. Moura. (Org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 14-283.
- Frota, M. G. (2017). Memórias da repressão e da resistência: um olhar comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, 1, 2, 01-18. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/10988>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Gatti, D. (2005). *Sociedade informacional e na/alfabetismo digital: relações entre comunicação, computação e internet*. Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu.
- Gomes, H. (2014). A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, v. 19, n. 2, p. 46-59, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Gomes, S.; Marques, R.; Kerr Pinheiro, M. (2016). A cultura organizacional e os desafios da Lei de Acesso à Informação nas instituições públicas brasileiras. *Revista Ágora: políticas públicas, comunicação e governança informacional*, v. 1, n.1, p. 4-25. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/revistaagora/article/view/1617>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- González de Gómez, M. (2000). Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero*, 1, 6.
- González de Gómez, M. N. (2011). A documentação e o neodocumentalismo. In: G. Crippa, G.; S. P. Mostafa. (Orgs.). *Ciência da informação e documentação*. Campinas: Alínea, p. 23-36.
- González de Gómez, M. N. (2012). Regime de informação: construção de um concei-

to. *Informação & Sociedade*, 22, 3, 43-60. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Gouveia, F. C. (2016). Altméria institucional: uma análise dos trabalhos publicados na PLOS ONE pela Fundação Oswaldo Cruz. In: Anais do XVII Enancib. Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3720/2539>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Gouveia, F. C. (2013). Altméria: métricas de produção científica para além das citações. *Liinc em Revista*, 9, 1, 214-227. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3434/3004>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Grácio, M. C.; Oliveira, E. (2014). Estudos de análise de cocitação de autores: uma abordagem teórico-metodológica para a compreensão de um domínio. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 7, 1-22. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2018.

Gracioso, L. S. (2010). Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 1, 1, 138-158, jul. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42310>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Guedes, R. M.; Moura, M. A.; Dias, E. J. W. (2011). Indexação social e pensamento dialógico: reflexões teóricas. *Informação & Sociedade*, 16, 3, 40-59. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10477>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Guimarães, J. A. C. (2015). Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. *Ciência da Informação*, 43, 1. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415/1593>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse estatística da educação superior – 2015* (atualizado 04/04/2018). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Iulianelli, J. A. S. (2017). Contribuições habermasianas para uma ética intercultural

da informação: aproximações. *Logeion*, 3, 1, 29-41. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/3006-6857-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Jardim, J. M. (2013). A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *Liinc em Revista*, 9, 2, 383-405. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3495/3020>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Jardim, J. M.; Marcondes, C. H. (2003). Políticas de informação governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. *Datagrama*, 2, 2.

Jorente, M.J.; Pádua, M.C.; Santarém Segundo, J. E. Criação de padrões na web semântica: perspectivas e desafios. *Em Questão*, 23, 3, 157-178, 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/70466>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Jorente, M. J.; Silva, A. R.; & Pimenta, R. M. (2015). Cultura, memória e curadoria digital na Plataforma SNIIC. *Liinc em Revista*, 11, 1, 122-139. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3637>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Kuramoto, H. (2007). Acesso livre: um caso de soberania nacional? In: L. Toutain. (Org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: Edufba, 145-161.

Lastres, H. et al (2002). Desafios e oportunidades da era do conhecimento. *São Paulo em Perspectiva*, 16, 3, 60-66. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300009. Acesso em: 30 jul. 2018.

Lima, D. F. (2008). Ciência da informação e museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade? Anais do IX Enancib. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Lopes, E. C.; Valentim, M. L. P.; Fadel, B. (2014). Efeitos da cultura organizacional no desenvolvimento dos modelos de governança corporativa. *Revista FAMECOS*, v. 21, n. 1, p. 268-286. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/13830>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Machado, K. C.; Vianna, W. B. (2016). Curadoria digital e ciência da informação: correlações conceituais relevantes para apropriação da informação. In: Anais do XVII Enancib. Salvador. Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Dispo-

nível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3867/2452>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Maricato, J.; Vilan Filho, J. (2018). The potential for altmetrics to measure other types of impact in scientific production: academic and social impacts in social media and networks. *Information Research*, 23, 1. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/23-1/paper780.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Marques, R. M. & Kerr Pinheiro, M. (2014). Informação e poder na arena da internet. *Informação & Sociedade*, 24, 1, 47-60. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/15252>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Marques, R. M. Marques et al (Orgs.). *A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 9-21.

Marteletto, R. (1995). Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, v. 24, n.1, p. 89-93. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Marteletto, R. (2010). Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 3, p. 27-46.

Marteletto, R.; Couzinet, V. (2013). Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares inter cruzados. *RECIIS. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 7, n. 2, p. 1-16. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/450>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Marteletto, R.; David, H. M.; Bteshe, M. (2014). Dispositivos infocomunicacionais em saúde. *Interface*, 18, 11-55.

Melo, W. L.; Presser, N. H.; Santos, R. N. M. (2013). Cultura organizacional e ciência da informação: a percepção da ocorrência da temática na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Florianópolis: UFSC; ANCIB. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4006/3129>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Moraes, L. B., & Barbosa, R. R. (2014). Cultura informacional: um estudo em uma empresa de grande porte. *Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Belo Horizonte: UFMG; ANCI. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/2698>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Moraes, M. G. (2016). Operacionalizando a análise de domínio da produção científica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro por meio do conceito de comunidade de prática. In: *Anais do X Edicic - Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe*. Belo Horizonte: UFMG; Edicic. Disponível em: <http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/#artigos>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Moura, M. A. (2006). Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. *Encontros Bibli*, 2, n. especial, 1-17. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p1/430>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Mugnaini, R.; Fujino, A.; Kobashi, N. (Orgs.). (2017). *Bibliometria e cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na era do Big Data*. São Paulo: ECA-USP.

Nascimento, F.; Pinho, F. A. (2018). Ontologia na gestão de conhecimento jurídico. *P2P e Inovação*, 4, 2, 41-52, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/4202>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Nassif, M. E.; Santos, E. (2009). O profissional da informação em atividades de inteligência competitiva. *Informação & Informação*, 14, 2.

Oliveira, E. B.; Rodrigues, G. M. (2011). O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *Liinc em Revista*, 7, 1, 311-416. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Orrico, E. (2010). Memória e discurso no entremeio das práticas informacionais contemporâneas. *Liinc em Revista*, 6, 2, 250-259. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3267>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Oliveira, H. P.; Vidotti, S. (2016). Dos ambientes informacionais às ecologias informacionais complexas. *Informação & Sociedade*, 26, 1, 91-101. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29438>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Ortega, C. (2016). O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 7, ed. Especial, 41-64. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Ortega, C. (2004). Relações históricas entre biblioteconomia, Documentação e ciência da informação. *DataGramaZero*, 5, 5.

Paula, C. P. A. (2013). A investigação do comportamento de busca informacional e do processo de tomada de decisão dos líderes nas organizações: introduzindo a abordagem clínica da informação como proposta metodológica. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 3, n. esp., 30-44. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/16756>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Pereira, D. & Cruz, R. (2010). Folksonomia e tags afetivas: comunicação e comportamento informacional no Twitter. *DataGramaZero*, 11, 6, 01-08. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009512/5c0136a9ae-094fe3b10930a01dadaf93>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Perrotti, E.; Pieruccini, (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: M. Lara; A. Fujino; D. Noronha (Orgs.). *Informação e contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, p. 47-96.

Pimenta, R. M. (2017). Arquivos da ditadura militar brasileira: ética, informação e verdade contra a opacidade de um regime informacional autoritário. In: M. N. González de Gómez; R. Cianconi (Orgs.). *Ética da informação: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Garamond, 160-177.

Pimenta, R. M. (2016). Os objetos técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. *Revista Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, 1, 2, 20-33. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/20>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Pinheiro, L. V. (2005). Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. *Informação & Sociedade*, 15, 1, 13-48.

Pinho, F. A. (2009). *Fundamentos da organização e representação do conhecimento*. Recife: Ed. UFPE.

Pinto, V. B. (2006). Prontuário eletrônico do paciente: documento técnico de informação e comunicação do domínio

da saúde. *Encontros Bibli*, 11, 21, 34-48. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n21p34>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Reis, D. M.; Fujita, M. S. L.; Santos, P. L. & Zafalon, Z. R. (2018). Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 11, 1, 42-58. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/25461>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Rodrigues, G. M. (2016). A lei de arquivos de 1991 e a lei de acesso de 2011: contextualização histórico-política. In: C. Roncaglio & E. Simeão. (Orgs.). *Gestão da memória: diálogos sobre políticas de informação, documentação e comunicação da Universidade de Brasília*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 77-93.

Rodrigues, R. (2007). Comunicação científica em arquivos abertos e a educação a distância no Brasil. *Encontros Bibli*, v. Esp, 48-58. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p48>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Ronclaglio, C. (2013). O que nos une e o que nos separa? Debate em torno da proposta de um eixo integrador entre os cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 2, 4.

Rozsa, V.; Dutra, M.; Pinto, A.; Muriel-Torrado, E. (2017). O paradigma tecnológico da Internet das coisas e sua relação com a ciência da informação. *Informação & Sociedade*, 27, 3, 255-266. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/36975>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Saldanha, G. (2015). Sobre a bibliologia entre Peignot, Otlet e Estivals: vertentes de um longo discurso 'metaepistemológico' da organização dos saberes. *Informação & Sociedade*, 25, 2, 75-88. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/75>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Sanchez, F. A.; Vidotti, S.; Vechiato, F. L. (2017). A contribuição da curadoria digital em repositórios digitais. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, n. esp., 1-17. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/12280>. Acesso em: 30 jul. 2018.

- Santarém Segundo, J. E. (2015). Web Semântica, dados ligados e dados abertos: uma visão dos desafios do Brasil frente as iniciativas internacionais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 8, 2, 219-239. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000019443/145a-32937c4869ee44422a6ded718148>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Santarém Segundo, J. E.; Coneglian, C. (2016). Web Semântica e ontologias: um estudo sobre construção de axiomas e uso de inferências. *Informação & Informação*, 21, 2, 217-244. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/26417>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Santarém Segundo, J. E.; Coneglian, C.; Lucas, E. (2017). Conceitos e tecnologias da Web semântica no contexto da colaboração acadêmico-científica: um estudo da plataforma Vivo. *Transinformação*, 29, 3, 297-309, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-37862017000300297&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.
- Sayão, L. F. & Sales, L. F. (2012). Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade*, 22, 3, 179-191. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Schiessl, M.; Brascher, M. (2012). Do texto às ontologias: uma perspectiva para a ciência da informação. *Ciência da Informação*, v. 40, n. 2. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1318>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Schneider, M.; Saldanha, G.; Bezerra, A. (2017). Por uma ética intercultural da ciência. In: M. N. González de Gómez & R. B. Cianconi. (Orgs.). *Ética da informação: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Garamond, 82-109. Disponível em: <https://www.garamond.com.br/produto/%C9tica-da-informa%E7%E3o%3A-perspectivas-e-desafios.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Siebra, S. A. et al. (2013). Curadoria digital: além da questão da preservação digital. In: Anais do XIV Enancib. Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/40505>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silva, J. L. C. (2015). Informação e ética: entre o universalismo e relativismo e/ou da ética alteritária da informação. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2916/988>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silva, J.; Farias, M. G. (2017). Abordagens conceituais e aplicativas da mediação nos serviços de informação. *INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, p. 106-123. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/122628>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silva, J. O., & Duarte, E. N. (2010). A cultura informacional como elemento (des) favorável à mudança estrutural do sistema de bibliotecas da UFPB. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IBICT; AN-CIB. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1587>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- Silva, E.; Valentim, M. L. (2018). A contribuição dos sistemas de inovação e da cultura organizacional para a geração de inovação. *Informação & Informação*, v. 23, n. 1, p. 450-466. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27693>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silva, A.; Cavalcante, L.; Nunes, J. (2018). Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. *Encontros Bibli*, 23, 52, 95-106. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p95>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silveira, F. J. N.; Reis, A. S. (2017). Venho aqui para existir: um exercício de leitura acerca das relações entre biblioteca pública, sociabilidade, enraizamento e identidade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22, 4, 114-139. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362017000400114&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silveira, M.; Caregnato, S. (2018). Demarcações epistemológicas dos estudos de citação: concepção sociocultural das citações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 23, 1, 55-70. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3125>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Silveira, M.; Caregnato, S.; Bufrem, L. (2014). Estudo das razões das citações na ciência da informação: proposta de classificação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 7, 232-250. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2018.
- Sirihal Duarte, A. B.; Araújo, C. A. Á.; Paula, C. P. (2017). Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. *Informação em Pauta*, v. 2, p. 111-135. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Sousa, R.; Oliveira, B.; Azevedo Netto, C. (2015). Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 20, 3, 101-115. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n3/1413-9936-pci-20-03-00101.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Souza, F. das C. de (2006). A criação da ABEED: expectativas e caminhos adotados. *Bíblios: Revista de Bibliotecologia y Ciencias de la Información*, v.7, n.25-26, jul./dic. 2006. Disponível em: http://eprints.rclis.org/8802/1/25_04.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.
- Souza, L. B. R. H.; Silva, A. & Duarte, E. (2016). A produção do conhecimento sobre compartilhamento da informação e do conhecimento. *Informação & Sociedade*, 26, 3, 209-220, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30941>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Strehl, L. (2011). As folksonomias entre os conceitos e os pontos de acesso: as funções de descritores, citações e marcadores nos sistemas de recuperação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16, 2, 101-114. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n2/07.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Thiesen, I.; Almeida, P. (2015). Lugares de memória da ditadura e a patrimonialização da experiência política. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 4, 8, 15-30. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16795>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- Thiesen, I.; Rodrigues, G. M.; Frota, M. G.; Almeida, P. C. (2017). Ciência da informação, história e política. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Bibliotecologia*, 12, 360-378.
- Tomaél, M. (2012). Categorias e dimensões do compartilhamento da informação. In: M. Tomaél (Org.). *Compartilhamento da informação*. Londrina: EDUEL, 13-40.
- Valentim, M. L. P.; Garcia, C. L. S.; Jorge, C. F. B., Silva, E. da. (2011). Grupos de pesquisa como espaço de construção e compartilhamento de conhecimento. Anais

do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: UnB; ANCIB. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/paper/view/820>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Vanz, S.; Stumpf, I. (2010). Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15, 2, 42-55. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1105>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Vechiato, F. L.; Vidotti, S. (2014). Encontrabilidade da informação: atributos e recomendações para ambientes informacionais digitais. *Informação & Tecnologia*, 1, 2, 42-58. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/issue/view/1486/showToc>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Woida, L. M., & Valentim, M. L. P. (2008). Cultura informacional voltada ao processo de inteligência competitiva organizacional no setor de calçados de São Paulo. Anais

do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: USP; ANCIB. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/download/3047/2173>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Woida, L. M., Oliveira, E. F. T. de, & Valentim, M. L. P. (2010). Um estudo de coautorias na temática "cultura informacional" nos ENANCIBs. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação Rio de Janeiro: IBICT; ANCIB, 2010.